

LUGAR DE VIDA POPULAR E BEM VIVER EM BELÉM (PA): PERTENCIMENTO, TRADIÇÃO E IDENTIDADE

Jakson Silva da Silva¹

Resumo: Nomeada pelos Tupinambá de Mairi e rebatizada pelos colonizadores portugueses, em 1616, como Santa Maria de Belém do Pará, a cidade hoje, com 406 anos, tornou-se importante centro metropolitano na Amazônia, com suas torres residenciais de alto padrão, shoppings centers e orlas requalificadas. A urbanização modernizadora, entretanto, não apagou seus traços indígenas e negros em lugares de vida popular. Essas heranças culturais são representativas na cidade, tanto em termos econômicos como simbólicos, e demonstrar essa presença é o objetivo do presente artigo, particularmente no que diz respeito ao Porto da Palha como espaço de tradição e pertencimento. A noção de Bem Viver é referência para um conceito de direito à cidade, atualizado para valorizar saberes, economias e tradições, situados nos lugares. É uma concepção aplicada a lugares urbanos, tais como feiras, mercados, portos e trapiches, que têm quilombolas e ribeirinhos como usuários, mas também muitos cidadãos classificados pretos e pardos sem pertencimento e identidade mais assumidas, submetidos todos às imposições da lógica neoliberal excludente do desenvolvimento urbano que pretende removê-los dos seus lugares de vida, trabalho, lazer e moradia.

Palavras-chave: Belém; Porto da Palha; Bem Viver; direito à cidade.

PLACES OF POPULAR LIFE AND GOOD LIVING IN BELÉM (PA): BELONGING, TRADITION AND IDENTITY

Abstract: Named by the Tupinambás of Mairi and renamed by the Portuguese colonists in 1616 as Santa Maria de Belém do Pará, the city today, at 406 years of age, has become an important metropolitan center in the Amazon, with its high-end residential towers, shopping centers and requalified edges. This modernizing urbanization, however, did not erase their indigenous and black traits in places of popular life. These cultural heritages are representative in the city, both in economic and symbolic terms, and demonstrating this presence is the objective of the article, particularly with regard to Porto da Palha as a space of tradition and belonging. The notion of Good Living is a reference to a concept of the right to the city, updated to value knowledge, economies and traditions, located in places. A conception of Good Living applied to urban places, such as fairs, markets, ports and warehouses, which have quilombolas and riverside dwellers as users, but also many urbanites classified as black and pardo without a more assumed identity and belonging, all subjected to the impositions of logic exclusionary neoliberal of urban development, which intends to remove them from their places of life, work, leisure and housing.

Keywords: Belém; Porto da Palha; good living; Right to the city.

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); professor de História na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA); coordenador do projeto Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, Ananindeua e Marituba pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA. E-mail: jakson1610@gmail.com.

LUGAR DE VIDA POPULAR Y BUEN VIVIR EN BELÉM (PA): PERTENENCIA, TRADICIÓN E IDENTIDAD

Resumen: Denominada por los Tupinambás como Mairi y rebautizada por los colonizadores portugueses, en 1616, como Santa María de Belém do Pará, la ciudad hoy, con 406 años, se convirtió en un importante centro Metropolitano de la Amazonia Brasileña con torres residenciales de alto alcance, centros comerciales y aceras recalificadas. Esta urbanización modernizadora, entre tanto, no borró los rasgos indígenas y negros en los lugares de la vida popular. Estos patrimonios culturales son representativos en la ciudad tanto en términos económicos como simbólicos, por lo que demostrar esa presencia es el objetivo de este artículo, particularmente en lo que respecta al Puerto da Palha como espacio de tradición y pertenencia. La noción de Bienestar o Buen-vivir es referencia para el concepto de derecho a la ciudad, actualizado para valorizar saberes, economías y tradiciones tales como plazas de mercado, puertos y depósitos, que tienen poblaciones “quilombolas” y ribereñas como usuarios, pero también muchos ciudadanos clasificados como negros y pardos sin pertenencia e identidad asumidas, sometidos todos a las imposiciones de la lógica neoliberal excluyente del desarrollo urbano, que pretende removerlos de sus lugares de vida, trabajo, ocio y hogar.

Palabras-clave: Belém; Puerto da Palha; buen-vivir; derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

Nomeada pelos Tupinambá de Mairi e rebatizada pelos colonizadores portugueses, em 1616, como Santa Maria de Belém do Pará, a cidade hoje, com 406 anos, tornou-se importante centro metropolitano e comercial na Amazônia, com suas torres residenciais de alto padrão, seus bairros elitizados, shoppings centers e orlas embelezadas. Além desses, há outros símbolos de grandezas que expressam a modernidade de Belém e seus atuais projetos urbanísticos que a representam como “cidade do futuro”, no intuito de torná-la atrativa para investimentos e negócios.

A urbanização modernizadora, entretanto, não apagou seus traços indígenas e negros em lugares de vida e economia popular, tradição e pertencimento. Essas heranças culturais são representativas na cidade, tanto em termos econômicos como simbólicos, e demonstrar essa presença é o objetivo do presente artigo, particularmente no que diz respeito ao Porto da Palha e sua relação com o mundo rural, ribeirinho e quilombola.

Na confluência da baía do Guajará e do rio Guamá, Belém cresceu como cidade portuária e, nessa condição, continua a receber populações quilombolas e ribeirinhas das ilhas que desembarcam nos portos e trapiches da orla fluvial. Especificamente na orla sul, banhada pelo rio Guamá e estrategicamente posicionado para facilitar o acesso à cidade, o Porto da Palha surgiu como espaço de circulação de indígenas e negros no século XIX. O lugar continua com seu caráter popular, ocupado por populações negras e ribeirinhas, urbanas e rurais, que foram afirmando ali uma tradição de comércio popular e um cotidiano de grande fluxo de mercadorias

e pessoas. O Porto é um espaço público de origem popular e sua ocupação recente remete à ocupação da Estrada Nova, desde os anos de 1940, com significados às identidades negras e ribeirinhas.

Na origem dos bairros Jurunas, Condor e Guamá, está a ocupação da Estrada Nova e das suas adjacências como locais de moradia de migrantes estabelecidos ali desde os anos 1940. A construção do dique da Estrada Nova, no contexto do Consenso de *Washington*, significou urbanisticamente uma barreira às águas do rio Guamá que alagavam a parte sul da cidade e uma diminuição de doenças e pestes, possibilitando a ocupação acelerada da área e a formação de periferias, porém como locais precários, marcados pelo abandono das populações pobres – negros e ribeirinhos nas suas origens - pelo poder público. A origem dessas populações está nas ilhas de Belém, nas comunidades quilombolas do Marajó e do baixo Tocantins, assim como nos municípios Igarapé Miri, Abaetetuba, Cametá, Mocajuba, e estados vizinhos como Maranhão.

Quilombolas e ribeirinhos daquele lugar não perderam suas antigas identidades, costumes e tradições. Na cidade, eles ressignificam o espaço e criam novas sociabilidades, economias e práticas, com base nas antigas tradições dos locais de origem (RODRIGUES, 2008). Negros migrantes recriam suas tradições em locais específicos, preferencialmente nas periferias que serviram como alternativa de moradia aos pobres, nas quais denominam ruas, como a Rua dos Pretos, que é uma ocupação maranhense localizada no bairro Terra Firme.

Nesses lugares, nas rodas de capoeira, nas casas de reggae, nos terreiros de santo e nas batalhas de hip-hop, os migrantes, no novo ambiente, recriaram traços do local de origem, caracterizando esses ambientes como uma espécie de “quilombo urbano” (NAZARÉ; GOMES; AMARAL, 2020). É um lugar ligado à ancestralidade afro-brasileira reafirmada pelas novas gerações, ou seja, a cidade como lugar de pertencimento e afirmação de identidades.

Em Belém, o Porto da Palha é um lugar de convergência de identidades que coexistem no espaço urbano, visto que negros e quilombolas se conectam com ribeirinhos e trabalhadores, tecendo relações econômicas, sociais e de pertencimento. Quilombolas e ribeirinhos, das ilhas Cacaú, Cumbú, Grande e Papagaio, desembarcam no trapiche do Porto suas produções de farinha, açaí, carvão, frutas e outros produtos orgânicos.

No Porto e nas imediações, estabeleceu-se uma pujante economia popular que serve à sobrevivência dos pobres. A economia e as relações sociais estão baseadas em regras de reciprocidade que se assemelham aos princípios do Bem Viver, a uma vida plena de significados e pertencimento ao lugar (JACQUES, 2020; ACOSTA, 2016). O Bem Viver é considerado um

valor contra um modelo de urbanização que reproduz a “concepção de cidade que define o lugar do pobre na periferia” (TRINDADE - JUNIOR, 2016, p. 161) o qual é empurrado sempre para outro lugar distante.

A aplicação de estratégias urbanas requalificadoras, que expulsam a vida popular dos seus lugares, interessa a grupos dominantes na cidade e condiz com a lógica de agências multilaterais de financiamento, caracterizando um aspecto da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) no meio urbano. “Janelas para o rio”, uma tradução local dos internacionais *waterfronts*, significando a abertura de espaços na orla para o investimento de capital, é um apelo de marketing para a venda da cidade (VAINER, 2007). Esse apelo mercadológico, de onde o consumidor com poder aquisitivo pode visualizar a paisagem amazônica, foi adotado em Belém como uma espécie de pensamento único, que reflete uma visão globalizada da cidade como mercadoria. Com a intenção de tornar a orla da Estrada Nova mais uma janela para o rio, o poder público está sacrificando lugares de intensa vida e economia popular, removendo os negros e os ribeirinhos, para dar lugar a espaços vistosos de consumo e contemplação; em outras palavras, está realizando uma verdadeira assepsia racial ao citar a intervenção urbana denominada Portal da Amazônia.

Contra a metáfora excludente das “janelas” há a necessidade popular de “portas para o rio”, para permitir o vaivém de negros e ribeirinhos entre o continente e as ilhas do município (SILVA; PEIXOTO, 2015; PEIXOTO; SILVA, 2016). O Porto da Palha funciona como uma porta de acesso às populações das ilhas que buscam o continente para suprir necessidades de consumo básico, serviços e atendimentos, ou para rever amigos e parentes. No presente artigo, chamo a atenção para a necessidade de afirmar o Porto como um lugar de negritude, atualizando uma noção de direito à cidade (LEFEBVRE, 1969) pautado em princípios do Bem Viver, incorporando a esse lugar o exercício de valores, saberes e tradições ancestrais. Associados, os conceitos substanciam novos horizontes baseados nas necessidades, nos interesses e nos modos de vida das pessoas racialmente subalternizadas na história e no planejamento. Refiro-me aqui a um direito à cidade ampliado.

Dessa forma, realizei uma pesquisa-ação no Porto e nas suas imediações, visando construir, com os usuários, uma visão crítica dos processos de urbanização que expulsam as pessoas dos seus lugares. Precusores da pesquisa-ação, Orlando Fals Borda (1977) e Paulo Freire (1997), valorizam a *práxis* (teoria e ação) como instrumento de investigação e transformação. Na seção a seguir, apresento as ferramentas metodológicas usadas no presente artigo.

PESQUISA-AÇÃO: ESCUTA E DIÁLOGO

Escuta ativa e diálogo estão fundamentados em obras como *Pedagogia do Oprimido* (1994) e *Pedagogia da Autonomia* (1997), ambas de Paulo Freire, que propõe uma leitura crítica do mundo. Segundo Freire (1997, p. 45),

escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. [...] A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor e de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz da sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária.

Nessa vertente, busquei operar uma pesquisa-ação no Porto e suas imediações, usando a escuta e o diálogo para reconstruir as histórias de vida, a ocupação do lugar e a sua relação com o poder público, entidades e movimentos, além de buscar uma compreensão sobre o funcionamento da economia popular, suas regras e reciprocidades. Ao escutar os usuários, lideranças e trabalhadores foi possível dialogar sobre a evolução do lugar, de trapiche improvisado a espaço público de origem popular, focando no sentimento de apego como espaço de luta, sobrevivência e tradição. Da mesma forma, foi possível conhecer as estratégias políticas em defesa do lugar, contra a remoção daquelas pessoas, em favor da permanência, melhoramento e ampliação do Porto. O conhecimento gerado com os usuários está sendo devolvido ao lugar, na forma de reuniões, formulação de pautas reivindicatórias, seminários e eventos, para ajudar na organização comunitária e no fortalecimento de laços e do pertencimento. A devolução do conhecimento ao lugar de origem é um dos princípios da pesquisa-ação, conforme discorre Borda sobre o estabelecimento de uma relação ética entre pesquisador e sujeito.

A pesquisa-ação efetiva participação e criação de vínculos. No caso do Porto da Palha, estabeleci uma relação estreita com o seu João Lima, liderança local, e com feirantes como a Rose, que mantém uma barraca de venda de cafezinho e jogo do bicho na entrada do trapiche. Eu trabalho com eles nos seus projetos e demandas políticas referentes à reforma e ampliação do Porto como mercado popular e complexo turístico e cultural, no contexto da intervenção urbana Portal da Amazônia.

No Porto da Palha, eu também conduzo o debate sobre a identidade negra no lugar, bem como acerca da possibilidade de introduzir uma cozinha quilombola e projetos de educação patrimonial que valorizem a história do Porto, resgatando as identidades ancestrais na produção

do espaço. Na perspectiva da escuta e do diálogo, as pessoas não foram tratadas como objeto da pesquisa, mas como protagonistas de suas histórias de vida, lutas, dilemas e conflitos.

Borda (1977) ainda propõe a elaboração de um conhecimento situado, transformando o lugar numa fonte de saber e organização política. Essa atitude diz respeito a um posicionamento crítico frente ao modelo hegemônico de elaboração do conhecimento que cria hierarquia entre os diferentes saberes e, assim, desvaloriza os saberes do Sul Global. O pesquisador defende uma ciência autêntica e engajada na solução de problemas nacionais e locais. Tanto Borda (1977) como Freire (2008) consideram que o conhecimento deve ser produzido “com” as pessoas e não “para” elas, de maneira a subsidiar seus projetos comunitários e de vida. Essa posição relacional com as pessoas permite uma aproximação mais amistosa e objetiva estabelecer um diálogo autêntico o qual os sujeitos não se anulam e colocam suas opiniões e visões de mundo. Essas são questões básicas da pesquisa-ação que requer o relacionamento do pesquisador com a comunidade.

Estou, pois, sugerindo experiências autênticas que precisam ser consideradas pelo planejamento, com base no lugar e na diversidade urbana. A escuta ativa, então, foi praticada como um procedimento de apreensão de valores, trajetórias, sonhos e projetos. Portanto, escuta e diálogo, na pesquisa-ação, são usados para construir uma narrativa sobre a cidade e seus conflitos, principalmente no que tange à luta pela permanência de lugares de vida e economia popular frente ao avanço da urbanização capitalista. Os conflitos revelam carências e problemas sociais, sanitários e estruturais da cidade, mas também apontam como as comunidades e os movimentos sociais se mobilizam para enfrentá-los, tanto na escala dos bairros como na cidade em sua totalidade, tornando-se uma chave de interpretação da cidade. Por fim, por meio da pesquisa-ação, o artigo contribui no debate sobre a afirmação da identidade no lugar, ribeirinha e negra, como um pressuposto do Bem Viver aplicado ao planejamento e gestão urbana.

Na seção a seguir, defino o direito à cidade à luz do Bem Viver, a fim de ampliar o conceito para acoplar nele ancestralidades e tradições das culturas negras e indígenas enraizadas no lugar.

BEM VIVER E DIREITO À CIDADE

O Bem Viver é uma noção originária dos povos indígenas Quechua (Sumak Kawsay) e Aymara (Suma Qamaña) do altiplano andino, encontrado também nos Guarani (TekoPorã), localizados em ampla porção da América do Sul, que vem ganhando terreno em outros contextos, não apenas entre povos originários. Nas cidades, a noção ganha novos sentidos em ambientes

de trocas múltiplas e sociabilidades construídas na luta pela sobrevivência, na conquista do espaço, na construção do espaço público, na economia popular e na afirmação da identidade no lugar. No entanto, para ser aplicado a novas realidades, fora do seu contexto original, é necessário preservar seus princípios básicos de uma relação mais harmoniosa com a natureza e com o meio social em que convive na busca de um projeto de sociedade ancorado em valores e tradições ancestrais.

Em Belém, a noção assume significados em lugares de vida popular, tais como feiras, mercados, portos e trapiches, os quais são compartilhados por quilombolas e ribeirinhos, e também por pretos e pardos sem pertencimento e identidade mais assumidos, submetidos às imposições da lógica neoliberal excludente do desenvolvimento urbano, que pretende removê-los dos seus lugares de tradição, uso e enraizamento. Assim, para a defesa do lugar, em oposição aos planos urbanísticos que desprezam a vida popular, uma ressignificação política do espaço, poderia ocorrer mediante uma articulação do Bem Viver com o direito à cidade, como possibilidade de humanização de pessoas racialmente oprimidas, visando construir com elas um novo horizonte de vida. Dessa forma, visa combater as colonialidades que existem na cidade, a remoção dos negros e ribeirinhos, que é uma forma de caracterizar o racismo nos projetos urbanos, com uma proposta decolonial que considera fundamental a convivência, a diversidade e o respeito.

Mario Ibanez (2013) discute a possibilidade de reconfigurações urbanas contemporâneas e, em *Ressignificando a cidade colonial e extrativista. Bem viver a partir de contextos urbanos*, questiona: “Outras cidades são possíveis?” Para Belém, o presente artigo propõe uma ressignificação da cidade mediante o reconhecimento do Porto da Palha como lugar de tradição e pertencimento. Esse é o viés interpretativo do artigo, que tem no “Vivir Bien/Buen vivir” um horizonte que prega a boa convivência com a natureza, com o meio e com o outro, sugerindo uma cidade aberta à diferença e à diversidade:

O Bem Viver é, sobretudo, um horizonte de sentido, um indicativo de que é possível transitar para outros modos de vida e formas civilizatórias que nos permitam sair da armadilha da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, expressados, em sua forma mais radical, no capitalismo, embora não unicamente. Não se trata de um modelo ou um projeto claro, e sim de um sentido que exige capacidade de construir, inventar, criar e permitir a germinação do existente, que reconfigura a dominação de outros horizontes. Não é possível sem diversidade e pluralidade. Por isso, não permite falar de um modelo a ser seguido (IBANEZ, 2013, p. 321).

O Bem Viver não é uma noção fixa no espaço e no tempo, mas um preceito possível de ser construído em várias sociedades, de forma relacional e coletiva. Contudo, ainda que

possa ser moldado de acordo com diferentes contextos, como um conceito dinâmico, se refere sempre a princípios fundamentais, sendo que seus sinais podem ser reconhecidos de forma encoberta, reprimida ou incipiente em lugares diversos. O conceito tem eco em lugares onde a vida popular pulsa na sua espontaneidade, onde valores coletivos no cotidiano são postos à prova contra o pensamento hegemônico ocidental, que concebe os seres humanos apenas nas suas individualidades e como meros *homo economicus*, de forma compartimentada, portanto. Porém, mais que um contraponto ao neoliberalismo, novas realidades e potencialidades precisam ser postas em movimento no lugar, porque o Bem Viver envolve um projeto de futuro, um eterno devir.

Nesse sentido, onde quer que venha a ser construída, a proposta do Bem Viver encerra uma utopia, a qual, partindo da insatisfação com a realidade, projeta uma mudança realizável no futuro. Essa utopia, uma vez realizada, transforma-se em algo estabelecido, em topos ou lugar, conforme a etimologia da palavra, *status quo* que novamente passa a ser objeto de críticas, projetos de mudança e novas utopias, em busca de uma realidade melhor ainda não existente. Esse projeto sempre inacabado de transformação da realidade, que impulsiona os sujeitos sociais a buscar sempre abrir novos horizontes de possibilidades (LACERDA; FEITOSA, 2015, p. 15), caracteriza o Bem Viver como uma utopia realizável e sempre em processo de autossuperação. “A utopia andina estaria fundada em dois elementos básicos: a referência de Pachamama – “mãe terra” –, e o conceito de Sumak Kawsay ou Suma Qamaña que designam o Bem Viver andino” (ibidem). Partindo desses princípios, considero a necessidade de caracterizar o Porto da Palha, com suas economias e práticas, relevância história e cultural, como uma referência ao Bem Viver em Belém.

Para definir Belém e seus lugares de vida popular, é importante apontar as segregações raciais praticadas aqui pelas elites dominantes desde tempos coloniais (PEIXOTO; SILVA, 2016). A manutenção desse traço colonial, que sistematicamente remove os pretos e pardos dos seus lugares, à medida em que a urbanização avança, demanda enquadrar a lógica urbana no conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), que distingue raça como um elemento central para o estabelecimento de hierarquias. A resistência que os usuários dos lugares, entre os quais o Porto da Palha, opõem às segregações raciais faz parte da luta pelo Direito à Cidade, o qual remonta à leitura do urbano capitalista realizada por Henri Lefebvre em livro com esse título escrito há mais de 50 anos (LEFEBVRE, 1969).

David Harvey (2014), em *Cidades Rebeldes. Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*, atualiza a referida acepção para abranger as diversas lutas que se manifestam na cidade,

concebendo o Bem Viver não apenas como um conceito que permite o acesso individual ou coletivo aos recursos que a cidade incorpora, mas “um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 20014, p. 29).

Portanto, o Bem Viver está associado ao Direito à Cidade - mutuamente as concepções se reforçam. A perda dos lugares de sociabilidade e vida retira dos pretos e pardos pobres o direito de pertencer à cidade, cada vez mais movida pelo interesse de geração de lucro (PEIXOTO; SILVA, 2016). De origem estrangeira e amplamente usado por governos, universidades e movimentos sociais, o Direito à Cidade precisa passar pela “redução sociológica”, de Guerreiro Ramos (1996), para ser definido com base na realidade local, evitando, assim, sua transposição literal que oculta questões novas e experiências de organização das lutas populares. Segundo o método da redução sociológica, o Bem Viver, para ser aplicado à nova realidade, precisa passar por uma apreciação crítica, para combater o colonialismo cultural que impõe um padrão de conhecimento hegemônico, denominado pelo pensamento latino-americano de eurocentrismo.

Ramos (1996) nos ensina que para fazer o procedimento de aplicação de um conceito estrangeiro, é necessário considerar a sua essência e o contexto histórico no qual foi criado, a fim de retirar seus elementos subsidiários que não estão de acordo com a nova realidade. O objetivo é evitar a transplantação literal do conceito para validar uma ciência universal. O autor critica a dependência intelectual da colônia com a metrópole, situando o Brasil como um caso de transplantação de esquemas e teorias que impossibilitaram o surgimento de uma ciência autêntica. No que diz respeito ao Direito à Cidade, é preciso preservar a noção de vida urbana como uma proposta de mudança, transformação e reinvenção com base em valores, sonhos e necessidades cotidianas. Os conceitos relacionados em suas essências, o Bem Viver e seu respeito à natureza e à ancestralidade e o direito à cidade como um projeto de transformação da ordem urbana, implicam mutuamente o surgimento de uma nova sociedade.

Ramos (1996) não é contrário ao conhecimento estrangeiro, tratado sempre como um aporte subsidiário para analisar a realidade nacional, mas à crença de que esse conhecimento pode explicar dos problemas nacionais. Para o autor, redução sociológica não é negação ou revanchismo, é um ato de análise rigorosa e criatividade na produção do conhecimento. Ele acredita na ciência engajada na explicação e solução dos problemas nacionais, como a fome, a miséria e a desnutrição infantil. Não há como descartar o legado do Direito à Cidade como um conceito mobilizador de lutas e organização política das classes populares. Ou seja, uma bandeira de luta por uma cidade mais justa, democrática e diversa. É ponto pacífico a relevância do Direito à Cidade desde Lefebvre às novas abordagens que consideram importantes as

identidades e o pertencimento.

Assim, a resistência e a ressignificação do Porto da Palha como um lugar de negritude, afirmando ali suas culturas e modos de existência em práticas do Bem Viver – e essa ressignificação precisa acontecer enquanto é tempo - encaminha uma ação decolonial. Nesse lugar de intensa vida popular, os pretos e pardos pobres, ao afirmarem um território de Bem Viver, alcançariam seus anseios de permanência e prosperidade no lugar. Essa passagem do lugar à condição de território, locus de exercício de poder popular, envolve ação afirmativa no espaço urbano. De modo que o alcance prático do Bem Viver nesse lugar da cidade implica certa capacidade de agência e influência por parte dos seus usuários, fortalecidos mediante alianças políticas, sobre o curso dos acontecimentos.

Estou, pois, falando da cidade de Belém enquanto pertencimento de pessoas em um local específico, que em virtude de laços de convivência permite a construção da identidade coletiva e a sua qualificação como lugar/território, considerando a capacidade de organização social e racial nesse lugar, com base na afirmação de que identidades e apropriação político-prática (LIMONAD; RANDOLPH, 2002) possam vir a constituir-lo como um território. Tudo isso em contraposição à lógica econômica vigente que conforma os espaços urbanos aos interesses do lucro, e visando à construção de uma proposta de Bem Viver nesse lugar, um espaço diferenciado capaz de resistir ao novo que enseja sua eliminação.

A economia popular é um aspecto de grande relevância na vida do Porto que não está desconectada das dimensões social e cultural. Na seção a seguir, verso sobre a economia popular regulada por relações de reciprocidade.

ECONOMIA POPULAR NO PORTO DA PALHA

Na parte sul da orla, banhada pelo rio Guamá e estrategicamente posicionado para facilitar o acesso à cidade, o Porto da Palha surgiu como espaço de circulação de indígenas e negros escravizados no século XIX. Siméia de Nazaré Lopes (2002), em *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*, informa que os portos nas beiras de Belém estavam inseridos no circuito da economia do regatão que abastecia a cidade e as comunidades ribeirinhas, quilombolas e aldeias indígenas de difícil acesso. Segundo a autora, essa economia, classificada pelo fisco imperial como clandestina, foi combatida porque não pagava imposto. Os portos e trapiches também serviam de apoio a negros e mestiços fugitivos que buscavam refúgio nos quilombos e aldeias, contra a ordem escravista. Na origem do Porto

da Palha, conforme consta no livro de sua autoria, estão as identidades negras e indígenas que criaram um lugar de comércio popular em pleno funcionamento ainda hoje.

O lugar continuou com seu caráter popular, ocupado por populações negras e ribeirinhas, urbanas e rurais, afirmando uma tradição de comércio popular caracterizada por um cotidiano de grande fluxo de mercadorias e pessoas. De trapiche improvisado a espaço público, o Porto foi ganhando relevância cultural e econômica na cidade, tornando-se um espaço de referência para quilombolas e ribeirinhos que o utilizam para fazer transações comerciais e estabelecer amizades. É um espaço público de origem popular desprezado pelo poder público que pouco investe para melhorar o lugar às necessidades de feirantes e usuários, inclusive de estudantes e deficientes que desembarcam no trapiche de forma precária.

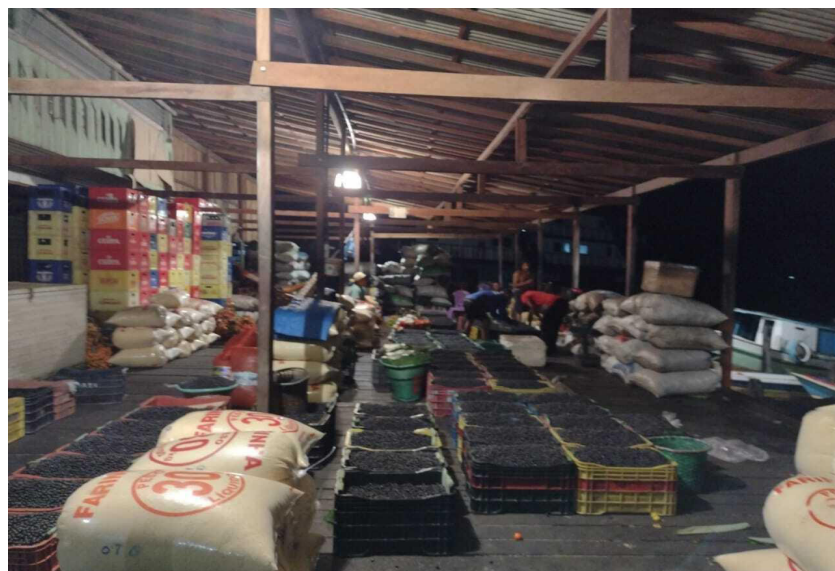
No entanto, o que se despreza não é o espaço com seus atributos de valorização urbana, boa localização e próximo ao centro, mas as pessoas de pele escura e condição social inferior, trabalhadores feirantes, atravessadores e carregadores, percebidos pelo poder público como gente desprezada. No discurso oficial, o lugar é nobre para o incremento do turismo, desde que se retirem de lá as pessoas de short, camiseta e sandália de dedo que ofuscam a beleza. A substituição dessa porta por uma janela significa matar todo um contexto econômico de intensa vida social, importante à manutenção de relações e estratégias de sobrevivência dos pobres na cidade. Nesse caso, o desprezo é uma forma de enquadrar o racismo, com a substituição dos pretos com pessoas de pele mais clara e com poder aquisitivo. A elitização do espaço se relaciona à ideologia do embranquecimento.

Na ótica do Bem Viver, a economia popular deve ser inserida na dinâmica urbana como um elemento significativo da vida na cidade, ocupando principalmente os espaços públicos centrais, para dar visibilidade a outras identidades e práticas comerciais, valorizando, assim, a tradição de uso popular da cidade. Exemplo disso, na parte sul da orla fluvial de Belém, há uma presença significativa das culturas quilombolas de Santa Maria de Itacoã-Miri, Guajará-Miri e Espírito Santo, do município de Boa Vista do Acará, distante 13 quilômetros por navegação fluvial. Quilombolas e ribeirinhos também das ilhas Cacaú, Cumbú, Grande e Papagaio, desembarcam no Porto suas produções de farinha, açaí, carvão, cacau, outras frutas e produtos orgânicos, amplamente comercializados no trapiche e na feira.

Durante visitas de campo no Porto, registrei algumas fotografias que mostram a grande quantidade de paneiros de açaí e sacas de farinha que são descarregados no trapiche do Porto da Palha.

Fotografia 1 - Trapiche do Porto da Palha².

Fonte: Silva, Jakson S, 2020

Fotografia 2 - Comercialização da farinha e do açaí no Porto da Palha³.

Fonte: Silva, Jakson S. 2020.

² No trapiche do Porto da Palha, todos os dias atracam pequenas e médias embarcações que fazem o fluxo de pessoas, turistas e mercadorias. A categoria de lancheiros no Porto significa a modernidade em relação às antigas canoas. Essas novas embarcações são equipadas com cobertura de lona e motor, fazendo uma travessia em torno 15 minutos para as ilhas do outro lado do rio. Os lancheiros geralmente são filhos de ribeirinhos e agricultores de açaí que não se sentem motivados a continuar o cultivo do fruto devido a sua sazonalidade, uma vez que na entressafra sua renda cai drasticamente. Na visão deles, como lancheiros há lucro econômico diariamente, e como o cultivo de açaí, não. É uma transformação que está ocorrendo no Porto e nas ilhas com a introdução do turismo e o aumento do fluxo de pessoas que buscam um contato mais próximo com a natureza.

³ Os produtos mais comercializados no Porto da Palha são o açaí e a farinha, que chegam das comunidades ribeirinhas e quilombolas das ilhas e dos municípios próximos, para serem vendidos aos pequenos comerciantes dos bairros no entorno do Porto, Guamá, Condor e Jurunas, e dali abastecerem mercearias, mercados e pontos de açaí. O Porto movimenta toda uma economia popular importante para os rendimentos financeiros dos trabalhadores, desde os agricultores até os carregadores e outros na cadeia de comercialização dos produtos, tornando-se uma importante fonte de distribuição de renda para os cidadãos e ribeirinhos, além de ser um ponto de encontro e estabelecimento de reciprocidades em instituições sociais próprias como a forra, a amizade e os fiados. O Porto é um microcosmo social rico em cultura e economia popular em Belém.

Muito mais do que apenas um trapiche abandonado pelo poder público, o Porto da Palha é um animado lugar de vida popular, onde se instalou desde há muito uma movimentada feira com dezenas de barracas que vendem típicos produtos de consumo popular, entre os quais açaí, mantas de pirarucu, palha, frutas e uma variedade de utensílios domésticos. Naquele lugar funcionam oficinas de barco com seus carpinteiros e dali se cruza para o outro lado do rio, para as ilhas do município e para comunidades quilombolas. O trapiche do Porto da Palha é um lugar de encontros, de festas populares e ancoragem de tradições ribeirinhas: trabalhadores artistas pintam nomes nos barcos e criam uma forma de cultura itinerante. Essa arte é parte de uma estética popular que certamente atrai o visitante que quer conhecer os lugares nas suas formas genuínas.

Enquanto porta de ir e vir entre o continente e as ilhas do interior, o lugar é profundamente representativo de Belém na sua feição ribeirinha. Como mais uma janela para o rio, o espaço repete mais um *waterfront*, cuja construção sobre o que foi um porto e uma feira populares repete a mesma forma hegemônica global que busca atrair o turismo convencional. Aqui vigora o discurso de “gerar emprego e renda pelo turismo”, como se a pujante economia popular do lugar não significasse emprego e renda para seus muitos usuários.

O Porto da Palha é uma genuína cultura local em burburinho, como diria Jane Jacobs (2000), em uma zona de fronteira entre a cidade e o ambiente rural, a permitir a vigência do urbano expandido. É um lugar de intensa movimentação de gente em trapiches repletos de cestos de açaí, quadro animado que provavelmente encanta mais os viajantes do que os cenários artificiais de *piers* e *waterfronts*, criados para atrair turistas convencionais e “gerar emprego e renda”, conforme prega o discurso do poder. Mas renda para quem?

Economia popular pujante, um dos pontos de recebimento e distribuição de açaí em Belém, o Porto da Palha influencia toda uma redondeza, conformada às necessidades de usuários que adquirem alimentos, roupas, gás de cozinha e cerveja, entre outros gêneros, uma vez que ali se encontra de tudo um pouco, inclusive em termos de serviços populares. O lugar funciona como uma porta aberta 24 horas, para quem vem navegando de ilhas e interiores e desembarca na capital para comprar e vender mercadorias, frequentar escolas públicas nas imediações, encontrar familiares e trocar conversas. Portanto, não é apenas para comprar e vender que os ribeirinhos vêm ao continente. Eles vêm ao Porto da Palha também porque, no trapiche, nas barracas e nas imediações, desdobra-se um mundo de possibilidades, de vida social e trabalhos, significando vida plena, atributo essencial do Bem Viver.

A reciprocidade é um valor importante do Bem Viver e, de fato, no lugar onde se encontra

o Porto da Palha ocorrem os chamados “fatos sociais totais”: o ciclo virtuoso do dar, receber e retribuir que caracteriza as reciprocidades das trocas múltiplas, as quais estruturam o mundo social, conforme nos revelou Marcel Mauss (2008). Os usuários do Porto, nos seus diversos ofícios, ocupam diariamente esse espaço público que existe não só para vender e comprar. Embora essa seja uma importante motivação, ocorrem nessas feiras outros tipos de troca. O comércio se dá dentro de um universo relacional próprio. Comprando e vendendo, as pessoas estabelecem relações, vínculos e parcerias, amarram-se umas às outras mediante fiados, forras e outras instituições típicas. O comércio se dá dentro de instituições e regras tácitas que são parte da identidade desse lugar (PEIXOTO; SILVA, 2016).

O Porto é um lugar de afeto e reciprocidade que esteve ameaçado de remoção por uma intervenção urbana, nas últimas gestões municipais que queriam retirar o Porto e colocá-lo num espaço contíguo, provisoriamente. A seguir falo sobre o afeto ao lugar contra a remoção.

AFETIVIDADE *VERSUS* REMOÇÃO

Em Belém, a perda do lugar afeta a cidade e sua relação com as ilhas e com o mundo rural, quilombola e ribeirinho. Toda a vida comunitária do Porto como lugar de contato entre o rural e o urbano, de fluxos econômicos e redes de amigos e familiares, é colocada em risco com a destruição do lugar. Isso impede a continuidade de tradições ribeirinhas e negras de comércio popular às margens de Belém, principalmente nos portos e trapiches populares. A remoção significa a destruição do mundo dessas pessoas. Contra essa “destruição criadora”, para usar um termo de Joseph Schumpeter (1984), como fator essencial do capitalismo e sua reprodução nas políticas de renovação dos espaços urbanos, o Bem Viver é uma noção relacional, envolve a sociabilidade, a convivência entre os seres humanos e entre eles e a Pachamama, incluindo a afeição ao lugar.

O Porto da Palha localiza-se às margens do rio Guamá e encontra-se sempre – e especialmente nas últimas gestões municipais - sob a ameaça de vir a ser requalificado como um *waterfront*, um espaço para a contemplação da floresta situada do outro lado das águas. A ideia do *waterfront* é a de proporcionar a clientes com poder de consumo uma bela paisagem natural, enquanto compram bebidas e comidas com preços salgados, em um espaço gourmet explorado em regime de concessão pelo poder público à iniciativa privada. A destruição criadora é uma característica da urbanização capitalista que anuncia a morte de velhas instituições ou

empreendimentos, para nascer o novo, o inovador, na ótica da cidade empresa.

A requalificação do lugar requalifica igualmente seus usuários, dado que os preços e a própria arquitetura espetacular desse novo espaço de consumo e geração de lucros constrange e afasta os pretos e pardos pobres de lá. Os espaços assim gentrificados se fecham, e um lugar que uma vez foi popular, com a remoção dos antigos usuários, se elitiza e, dessa maneira, a cidade vai sendo racialmente segregada.

Moradores, trabalhadores e usuários do Porto têm a percepção de que se trata de um lugar de tradição e memória na cidade. Fazendo uma relação entre memória e identidade no lugar, durante alguns diálogos com seu Sebastião, negro e carpinteiro naval no estaleiro do senhor Leônidas, seu irmão, localizado nas proximidades do trapiche, obtive a seguinte narrativa acerca de sua percepção sobre o Porto:

O Porto da Palha é um porto antigo. Um porto de tradição. Um porto que as pessoas fazem sua compra, vende e negocia. Um porto muito bom. Muito bonito! Aqui você encontra gêneros do interior. Galinha. Peixe. [...] Pra mim o Porto da Palha é muito válido. É muito maravilhoso! Pra mim é bom. Mas [se o] Portal [da Amazônia] fecha tudo fica difícil. O porto devia permanecer com modernização. Se caso a prefeitura se lembrasse do [carpinteiro] naval [e] deixasse uma área, ou um local para que o naval pudesse continuar, não morrer. Tanto ele quanto o calafete [...] seria muito válido (Informação verbal, 2021).

Alex e Luís, ex-lideranças comunitárias no Porto, informaram que 60% dos seus clientes são ribeirinhos que moram nas ilhas e fazem ali seu consumo básico, e 30% são os moradores dos bairros adjacentes. Neste ambiente de negócio, Alex considera “Eu não tenho cliente!”, para se referir às afinidades e reciprocidades construídas com o lugar e com as pessoas, em um clima típico de vivência comunitária. Lugar de afeto, memória, tradição e pertencimento, o Porto, portanto, é mais do que uma feira a céu aberto, é também um ambiente de plenitude da vida por tudo o que representa na vida dessas pessoas. Subjetividades que qualificam o Bem Viver em Belém. Não há preço ou valor que possa ser pago pela destruição dessas instituições e sociabilidades que foram forjadas na luta pela sobrevivência e nas suas trajetórias de vida. Resistir ao novo é um valor nessas beiras da cidade.

Seu João Lima, 68 anos, proprietário do bar e restaurante Portal da Palha, localizado no trapiche do Porto, funcionando ali há mais de 12 anos, comercializa cerveja e refrigerante, água e gelo, além de promover festas tradicionais que animam o lugar com música brega. Ele é uma liderança comunitária na relação com o poder público que reivindica melhorias para o Porto e está à frente da execução do atual projeto de requalificação que visa a permanência e

ampliação do lugar. Como presidente da Associação dos Feirantes e Moradores do Porto da Palha (AFEMPA) e administrador da feira, ainda é preocupado com outras questões relacionadas ao Porto, como a violência contra os idosos e a falta de oportunidades de educação e trabalho à juventude. Recentemente, ele e eu redigimos um documento em nome da AFEMPA que foi enviado ao poder público para promover um diálogo em favor de políticas públicas que possam mudar aquele contexto de abandono e violência.

Em entrevista realizada em uma clínica popular na feira, seu João narrou sua experiência de vida no Porto, destacando seu apego ao lugar e à boa convivência que mantém com a comunidade, conforme destaco a seguir:

Viver no Porto da Palha é uma convivência muito boa. Mas tem várias situações. Primeiro, nós temos tudo aqui! Da minha cama eu peço açaí e farinha. Tudo que eu preciso aqui tenho rapidinho. A gente tem afinidade com todos os comerciantes do Porto da Palha. Os feirantes daqui têm uma boa educação. Por este motivo, viver no Porto da Palha é muito bom! Tirando uma outra situação muito agradável também, viver no Porto da Palha, é viver com os ribeirinhos, ter um ar puro. Eu vivo em cima do rio. Eu moro em cima do rio. Este ar puro que nós temos aqui, no Porto da Palha, é muito importante! E esta convivência, nós temos no Porto da Palha como uma referência. Infelizmente, nós temos uma decadência sobre os governos não prestarem atenção. Nós temos uma ponte hoje que tá precisando ser feita, porque ela está podre. A sorte que eu cobri, por este motivo a ponte ainda não caiu. Agora há outras situações que nós temos de grande importância. Nós temos um grande projeto para o Porto da Palha. Eu tenho trabalhado nesse projeto com meus companheiros. Eu sou presidente da Associação dos Feirantes e Moradores do Porto da Palha. Nós temos trabalhado há mais de quatro anos neste projeto com as secretarias SEURB, SECOM e SESAN, mas ainda não tivemos sucesso. O prefeito prometeu duas vezes que ia realizar esta obra, mas até agora nada. E nós estamos nesta situação. O Porto da Palha não era para estar nesta situação hoje, completamente abandonado. Nem o governo municipal ou estadual, olha pra gente. Num local que passa diariamente três ou quatro mil pessoas. Temos uma venda de açaí, farinha, frutas. Deveríamos ter uma atenção melhor, mas infelizmente não temos atenção dos governos. Nada mudou de doze anos passados, a mesma coisa. Pelo tratamento dos políticos, temos continuado a mesma coisa (Entrevista concedida em agosto de 2020).

Desde 2009, estão em execução as obras de recuperação urbana e ambiental da Bacia da Estrada Nova pelo Programa de saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben). Dentro deste programa, está o Portal da Amazônia, que visa criar uma orla vistosa para turista visitar. Na concepção inicial do projeto para a orla, os portos públicos e os trapiches não foram incluídos, gerando, por isso, insatisfação popular e resistência contra a remoção. A remoção era real e teria ocorrido a despeito da resistência que se cartografou num fascículo do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, para se colocar no mapa político da cidade e demonstrar que existe uma pulsante vida popular nas vilas, feiras e portos da Estrada Nova.

Cartografar-se é uma ação de resistência fundamental na permanência e melhoramento do Porto, na medida em que dá visibilidade àquilo que existe oculto e opaco numa beira da cidade. A cartografia revela e diminui, na cidade, a indiferença à existência ou não desse lugar de original e genuína cultura popular. Na produção social do espaço, trata-se de mapear-se ou ser riscado do mapa, e essa atitude insurgente materializou um contradiscurso em relação à ideia dominante de “janelas para o rio”, espaços de investimento e consumo, uma lógica a tomar conta de toda a orla da cidade.

Belém não tem autonomia nos seus projetos urbanos e nem gerenciamento para mudar a concepção urbanística imposta por agentes financiadores e empresários locais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Um aspecto central do projeto é a remoção dos pobres e de seus lugares, conforme a citação retirada do site da prefeitura:

O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – Promaben é um programa da Prefeitura de Belém, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a realização de obras de saneamento e urbanização e de ações sociais que beneficiarão 300 mil moradores dos bairros de São Brás, Cremação, Condor, Guamá, Jurunas e Cidade Velha, localizados nas bacias hidrográficas da Estrada Nova e do Una. Estudos mostram que as bacias hidrográficas da Estrada Nova e do Una são as mais povoadas e também as mais críticas de Belém. Mais de um terço (35%) da área da bacia da Estrada Nova alagam constantemente. Esses alagamentos atingem diretamente 5 mil famílias, aproximadamente 30 mil pessoas, que vivem em condições precárias de saneamento e estão sujeitas a transtornos que também atingem moradores de bairros vizinhos, como Batista Campos. Na primeira etapa do Programa (Promaben I) foram remanejados 236 imóveis, num total de 264 famílias. Nesta segunda etapa (Promaben II) está previsto o remanejamento de 890 imóveis. 66 famílias estão recebendo Auxílio Aluguel. (PREFEITURA DE BELÉM)

A remoção dos pretos e pardos pobres rompe com o pertencimento e com a diversidade. Essa é a colonialidade do poder que vigora aqui desde os tempos coloniais, em que as populações racialmente oprimidas são removidas do lugar, com base em uma mentalidade racista das elites locais embranquecidas que assumem valores e ideologias de progresso do Norte Global. A “nova” orla de Belém é uma imitação de outras orlas mundialmente conhecidas e tomadas como casos de sucesso, com a de Barcelona e a do Rio de Janeiro. Sem casa e local de trabalho, os pretos e pardos pobres caem para a condição de miseráveis, para, posteriormente, serem enquadrados na lógica de programas de habitação e fonte de renda, deslocados para outra periferia distante, abandonada e violenta. No fundo, o que está em jogo é a vida dessas pessoas que são varridas para longe e sem possibilidades de retomar suas antigas atividades produtivas nas feiras e portos onde conquistaram seus ofícios, suas barracas e equipamentos.

Contra a colonialidade da remoção no planejamento, o presente artigo atribui valor à cidade como espaço de afinidade e pertencimento, tradição e uso popular dos espaços públicos. Esses atributos da cidade são descartados pela ideologia da cidade-empresa e do progresso, que prega geração de lucro e estéticas espetaculares para atrair investimentos. Nessa crítica ao modelo de urbanização neoliberal, o Portal da Amazônia é interpretado como uma intervenção urbana que está fazendo uma limpeza étnica e racial dos pobres da cidade, para abrir uma nova fronteira de investimento para o mercado imobiliário.

Portanto, essa desumanização é uma forma de definir o racismo no planejamento que produz um espaço urbano segregado. Necessário, pois, nominar racistas as políticas públicas urbanas para combater a injustiça da remoção, que leva à perda do lugar. Perder o lugar, para quem depende dele para sobreviver, significa ficar mais pobre. As feiras, portos e pequenos comércios, na lógica da economia popular, são as fontes de renda que se perdem com a remoção das pessoas e de lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundação das primeiras cidades brasileiras como colônias de exploração se deu mediante despossessão e remoção das populações locais (LAGARES; SANTOS; NARDES, 2017). As remoções ocorrem sistematicamente e repetem a velha espoliação pelo poder branco colonial, que desde sempre desapossa populações nativas dos seus lugares. Belém nasceu segregando os indígenas Tupinambá e Pacajá das suas aldeias e depois escravizando-os. Contemporaneamente, a orla da cidade se valorizou pela proximidade com as águas e nela não se cogita a permanência dos lugares populares, porque as pessoas que a ocupam como valor de uso são desprezadas. Esse desprezo que desumaniza os pretos e pardos pobres é o que, nas políticas urbanas, caracteriza racismo, e é justamente a permanência desse traço racista no planejamento o que qualifica uma colonialidade do poder.

Assim, a resistência e a ressignificação do Porto da Palha como um lugar de negritude, afirmando ali suas culturas e modos de existência em práticas do Bem Viver – e essa ressignificação precisa acontecer enquanto é tempo - encaminha uma ação decolonial. Nesse lugar de intensa vida popular, os pretos e pardos pobres, assim como os quilombolas e ribeirinhos, ao afirmar um território de Bem Viver, poderiam alcançar seus anseios de permanência e prosperidade no lugar. Essa passagem do lugar à condição de território, lócus de exercício de poder popular,

envolve luta política, de modo que o alcance prático do Bem Viver nesse lugar da cidade implica certa capacidade de agência e influência por parte dos seus usuários, fortalecidos mediante alianças políticas, sobre o curso dos acontecimentos.

O presente artigo apresentou uma reflexão sobre os significados semânticos do lugar e do território, da cidade e da sua relação com o rural, criando um lugar-território de vida, organização comunitária e economia popular em Belém. Esse lugar/território, apropriado por quilombolas e ribeirinhos - os quais já o usam historicamente como porta de entrada para o continente -, em convivência intercultural com outros usuários, traz significados para a conceituação do Bem Viver na cidade.

No Porto da Palha, quilombolas e ribeirinhos politicamente organizados nos seus movimentos e atentos às questões do planejamento, podem agir em defesa do lugar de sobrevivência. Esse agir se reflete na construção do território, afirmando o seu valor como espaço público e lugar de identidades, contra a lógica do empresariamento urbano, e buscando construir com seus usuários uma proposta alternativa de urbanização, bem como transformar o Porto em um complexo cultural e turístico, preservando sua essência de mercado popular, a incluir a memória e novas tecnologias para fortalecer o comércio e o pertencimento.

Em Belém, a valorização da orla segue o pensamento único de abertura de espaço para o investimento de capital, na forma de “janelas para o rio”, no estilo *walterfront* como imitação de outras orlas do Norte Global, referenciando um planejamento que importa modelos estrangeiros que desprezam o lugar, negando sua configuração histórica e econômica como lugar de trocas múltiplas e reciprocidades do Sul Global. Não se cogita a permanência dos lugares de vida popular. Depois da requalificação que leva à substituição das pessoas e dos lugares por estruturas modernas, coloca-se uma placa para informar o que foi um dia, apagando toda uma memória da cidade e de seus primórdios, de suas raízes, para se tornar global.

As conexões entre o local e global são desiguais em Belém, a cidade é submetida a uma reestruturação urbana violenta para a circulação do capital financeiro. Contudo, essa vida popular e o valor de uso dos lugares conferem um caráter genuíno à cultura e à economia de Belém. Remover o Porto da Palha, uma “porta para o rio”, significa “matar” um atributo essencial da cidade, uma originalidade. O Bem Viver é um campo fértil para pensar novas alternativas de viver, agir e perceber a cidade, ensejando novas formas de luta e afirmação de identidades no lugar.

Para essa defesa do lugar em Belém, associei o Bem Viver ao direito à cidade, para perfilar uma noção capaz de agregar novos valores às lutas urbanas, considerando saberes,

tradições e ancestralidades que se enraizaram no lugar, no exercício de conceber a cidade como espaço de pertencimento, afeto e conflito, perfilando, assim, um conceito de direito à cidade adequado à realidade do lugar, do Porto e de seus entornos, suas ilhas e suas culturas quilombolas e ribeirinhas, adaptado àquela realidade, conforme nos ensinou Guerreiro Ramos (1996) na sua redução sociológica. Aliar o conceito ao princípio do Bem Viver de plenitude da vida na cidade, mostrou-se fortuito para a uma proposta decolonial no espaço urbano amazônico de afirmação de identidades ancestrais que configuram os espaços de vida e economia popular.

No entanto, não achei conveniente descartar a acepção de direito à cidade para discorrer sobre as lutas e conflitos que ocorrem no e pelo lugar. No artigo, o conceito foi percebido como uma rica experiência de organização popular em torno do direito à vida urbana. Descartar o conceito significa ignorar a experiência de luta das classes subalternas por uma cidade democrática, diversa e justa. O direito à cidade se tornou uma importante bandeira de luta por essa utopia. O Bem Viver é a possibilidade de ampliar o conceito, objetivando abrir novos horizontes e possibilidades de viver, agir e construir a cidade.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- FALS BORDA, Orlando. **Por la praxis: El problema de cómo intervenir en la realidad para transformarla**. In: CRÍTICA Y POLÍTICA EN CIENCIAS SOCIALES. Simpósio Mundial de Cartagena. Bogotá: Punta de Lanza, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- JACQUES, Flávia V. S. O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 3, p. 105-119, 2020. Disponível: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8481#:~:text=O%20Bem%20Viver%2C%20a%20C3%A9m%20de,modo%20de%20viver%20no%20mundo>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LAGARES, Fernanda Rodrigues; SANTOS, Cassyo Lima; NARDES, Katiúcia da Silva. O Bem Viver como alternativa de reconfiguração de cidades brasileiras. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad** | Latin American Journal of Studies in Culture and Society, V. 03, ed. especial, 2017. Disponível: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/553/264>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LOPES, Simeia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista**: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2008.

NAZARÉ, Lima Mailson; GOMES, Raiane Pombeu; AMARAL, Assunção José Pureza. A rua dos pretos: identidade, cultura e resistência da juventude negra em Belém do Pará. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 13, n. 4, p. 201-212, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/5855> Acesso em 10 jul. 2020

PEIXOTO, Rodrigo C. D.; SILVA, Jakson Silva da. Segregação racial na orla de Belém: os portos públicos da Estrada Nova e o Ver-o-Peso. **Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v.11, n. 3., 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM. Portal da Amazônia muda a cara de Belém. Belém: CINBESA, c2015. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=25&conteudo=2747> Acesso em: 10 jul. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM; **Historico**. Disponível em: <https://promaben.belem.pa.gov.br/institucional/historico/>. Acesso em: 12 jul. 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **Acolonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1366646>. Acesso em: 22 maio 2018.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RODRIGUES, C. I. **Vem do bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano. NAEA: Belém, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Jakson silva; PEIXOTO, Rodrigo C. D. Gentrificação e resistência popular nas feiras e portos públicos da Estrada Nova em Belém (PA). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 10, n. 3, p. 681-697, 2015.

TRINDADE-JUNIOR, Saint-Clair C. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.